

O SUJEITO DA ECONOMIA POPULAR E O DESENVOLVIMENTO LOCAL: ANÁLISE A PARTIR DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE FEIRA DE SANTANA (1968)

Cléo Emidio dos Santos Lima¹

RESUMO: A partir da análise do Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Feira de Santana (PDLI, 1968), pretende-se observar as ações voltadas para o desenvolvimento local do município por meio de levantamento de propostas para os trabalhadores populares e para a indústria. Busca-se ainda compreender qual o lugar do sujeito da economia popular frente ao impulso dado no processo de desenvolvimento nos marcos da década de 1960. Preliminarmente, aponta-se a falta de prioridade de ações que contemplem o amplo comércio popular que se concentra no centro da cidade vide a baixa presença de propostas existentes no plano. O processo de desenvolvimento local foi assim capturado pelo viés hegemônico liberal ao promover uma modernização às avessas, ou seja, na qual a ação do município não potencializou a contento um importante sujeito da dinâmica socioeconômica local.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Popular. Desenvolvimento Local. PDLI.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca identificar a partir de análise documental os elementos voltados para a promoção do desenvolvimento local de Feira de Santana a partir da indústria e dos trabalhadores da economia popular. De antemão, é possível notar que tanto a ideia de progresso como de modernização tem pautado o município de Feira de Santana como um importante polo de desenvolvimento e de crescimento econômico.

Contudo, evidencia-se um conjunto de situações-problema que contradizem essa versão de desenvolvimento do município presentes nos constantes conflitos marcados na forma como Feira tem enfrentado, por exemplo, desde a expansão urbana desordenada, passando pelo crescente problema da mobilidade urbana, até as tensões estabelecidas com os trabalhadores da economia popular na realização de suas atividades, em especial os que atuam no centro da cidade.

Atualmente é possível registrar a tensão cotidiana com o que representa a existência desse comércio popular, a exemplo das feiras livres, camelôs, ambulantes e um amplo quantitativo de trabalhadores de rua, na tentativa reiterada em retirá-los do centro da cidade, local onde se concentra parte significativa desses trabalhadores.

Este processo de modernização em parte associado à chegada da industrialização no município a partir da década de 1960 trouxe consigo a intensificação dos artifícios de exclusão social, como destaca Cruz (1999, p. 276):

¹ Pedagogo, mestrando em Planejamento Territorial/UEFS. E-mail: cleoemidio@gmail.com

Apesar de trazer maior dinamismo para a economia feirense, a nova indústria e os investimentos privados e públicos que a secundaram não foram acompanhados de proporcionais transformações nos indicadores sociais. E isto tem provocado o acúmulo da dívida social no município e em sua região de influência, com deterioração das condições de vida das populações.

Assim, pretende-se analisar um dos principais instrumentos de planejamento elaborados pelo poder público local: o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI, 1968). Nesse sentido, ressalta-se que as ações que interessam a este trabalho são aquelas voltadas para a promoção do desenvolvimento sobre dois prismas: de um lado as ações relacionadas à implantação e fortalecimento da indústria e, de outro, as ações voltadas para a promoção dos trabalhadores da economia popular do município².

Ao final busca-se não apenas identificar as ações planejadas para dar conta do projeto de desenvolvimento pautado pelo plano, mas também evidenciar suas ligações com a visão hegemônica da classe dominante burguesa em seus pressupostos para o desenvolvimento do município.

Destarte, a ausência ou a insuficiência de um planejamento que pautasse Feira de Santana em suas temáticas de promoção do desenvolvimento local em uma perspectiva crítica são causas principais de tensões que perfazem o cotidiano dos sujeitos/atores envolvidos no desenvolvimento do município. Tal assertiva se confirma pela pouca visibilidade do ponto de vista das políticas públicas que o sujeito da economia popular tem frente às ações do poder público, se comparado com a atenção que o setor industrial coteja no âmbito das ações do município.

Para tanto se utiliza como referência Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), que discutem por meio de revisão bibliográfica definições e as etapas da pesquisa documental. A análise documental favorece a observação do processo de evolução dos comportamentos e fenômenos sociais, pois possibilita ampliar a compreensão dos objetos de estudo por meio de contextualização histórica.

No decorrer do trabalho pretende-se abordar tais questões organizadas em forma de seções, a saber: “Discutindo o sujeito da economia popular”, na qual desdobre-se a definição do que seja esse sujeito; em seguida, em “Feira de Santana na rota do desenvolvimento?”, pretende-se marcar o processo de desenvolvimento do município articulado com a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo mundial; e por fim, na

² Ao falar de indústria compreende-se os estabelecimentos de caráter empresarial voltadas para a produção propriamente dita. Os trabalhadores populares para fins desse trabalho representam os sujeitos do amplo segmento do comércio popular no âmbito do varejo, camelôs, feirantes, ambulantes, artesãos e um amplo leque de trabalhadores de rua, com destaque para os que atuam e desenvolvem suas atividades produtivas e comerciais no centro da cidade.

seção “A indústria e a economia popular no PDLI de 1968”, serão analisadas as ações propostas para a indústria e a economia popular.

2 DISCUTINDO O SUJEITO DA ECONOMIA POPULAR

Parte-se de conceber a economia popular como ponto de partida de um movimento significativo de segmentos sociais implicados na promoção de iniciativas econômicas como meio fundamental para prover o seu sustento material. Geralmente, as pessoas envolvidas nessa dimensão da economia se relacionam em um âmbito de organização ainda muito individual ou familiar, e mesmo que exista algum grau de organização para o desenvolvimento da atividade produtiva ele não objetiva a acumulação capitalista.

Os elementos da economia popular se inscrevem em um amplo segmento da economia dos setores populares. No âmbito dessa economia convivem tanto as atividades realizadas de forma individual ou familiar como diferentes modalidades de trabalho associativo, formalizadas ou não.

Segundo Kraichete (2010, p.2):

Por economia dos setores populares entendem-se as atividades que possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos destinados a prover e repor os meios de vida e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital.

É por meio da troca de unidades de (valor) trabalho que se estabelece a relação de comunicação entre os agentes e sujeitos envolvidos nessa economia, sendo própria, individual, familiar e/ou de pequenos grupos, geralmente, a força de trabalho empreendida na produção e/ou comercialização. Nesse sentido, as possibilidades e propostas de acumulação de riquezas encontram contexto adverso, pois sendo a força de trabalho e os meios de produção (se não todos pelo menos parte deles) próprios ou de fácil acesso não se realiza o ciclo do capital e, portanto a geração da mais valia.

Ao priorizar nessa relação às necessidades das pessoas, produtoras e consumidoras, tende-se a estabelecer uma equivalência nos processos de troca entre os sujeitos, incidindo sobre a reprodução ampliada do capital, já que não se apropria do trabalho excedente contido na produção social e na produtividade dos trabalhadores em geral.

É possível assim depreender que a economia popular aponta algum limite quanto ao seu potencial organizativo, por sua dispersão e caráter individual de atuação,

ou por se constituir a partir de pequenos grupos. Mesmo reproduzindo as lógicas de trabalho do capitalismo não garante a reprodução ampliada de capital, visto seu objetivo ser propiciar a reprodução da vida em sua escala imediata, suprimindo as necessidades básicas.

Sua integração se dá de modo complementar no macro sistema global de reprodução do capital e ao sistema formal de produção e circulação de mercadorias e produtos, gerando dividendos diretos e indiretos (impostos, postos de trabalho, renda, etc.), além de propiciar repercussões adversas a depender do recorte dado ao tema, a exemplo da situação de trabalhadores informais e do circuito de mercadorias e produtos importados ou pirateados que sonegam impostos e mantém conexões com ilicitudes.

Para Feira de Santana é possível mencionar o papel que as feiras livres cumpriram para a constituição do que é hoje a identidade do município presente, inclusive, de forma expressa naquilo que nomeia a “princesa do sertão”. O nome Feira de Santana sustenta-se na existência de Feiras Livres que cumpriam função de abastecer os negociantes de gado que se deslocavam até a região para efetuar a comercialização dos animais, além do comércio de outros gêneros que foi aos poucos se estabelecendo.

3 FEIRA DE SANTANA NA ROTA DO DESENVOLVIMENTO?

No tocante ao presente trabalho considera-se como desenvolvimento a ideia de expansão das liberdades e da criatividade humana, perfazendo a existência de dois eixos que caminhem de modo equilibrado: eficácia na ação, que diz respeito a técnica, e busca de propósito de vida, mais relacionada a escala dos valores. Ao longo do tempo, ao menos dos últimos duzentos anos, a sociedade se voltou mais para o aprimoramento da ação técnica (FURTADO, 2000).

A perspectiva trazida por Furtado (2000) tenciona com a ideia que associa desenvolvimento a crescimento econômico, esta preponderante no modo de produção capitalista, viés que tem influenciado a ação do Estado através das suas políticas.

De outro modo, frente aos debates emergentes sobre ao tema do Desenvolvimento surge também à ideia de desenvolvimento local como resposta as constantes crises enfrentadas pelo capitalismo a partir da década de 1970, tendo como marco para seu reconhecimento institucional a década de 1990. Como desenvolvimento local entende-se ser este

[...] o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo a comunidade o protagonismo principal

nesse processo segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas (AMARO, 2009, p. 108).

Para Amaro (2009) a ideia de desenvolvimento local surge, então, como resposta da sociedade civil, principalmente, aos modos liberalizantes do Estado provedor e geralmente reflete as comunidades locais tentando resolver os seus problemas. Assim o local assume ser um espaço de efetiva atuação dos indivíduos e dos segmentos da sociedade que se mobilizam para fazer emergir um conjunto de capacidades antes invisibilizadas.

Como prática social específica da realidade brasileira, esta perspectiva contempla as variadas formas de articulação que visam intervir em uma determinada realidade com objetivo de resolver uma situação-problema concreta. Essas soluções envolvem os processos decisórios, o acesso a recursos, as políticas de reequilíbrio social, a gestão intermunicipal e um conjunto de outras iniciativas que por serem descentralizadas e em alguma medida dispersas no largo território brasileiro, são pouco visíveis, mas fundamentais para processos de mudança social.

Sugere-se também outro conceito mais amplo e complexo, qual seja, o de desenvolvimento local solidário, posto que este sinalize com elementos de síntese e superação das ideias anteriores de desenvolvimento e de desenvolvimento local. Para esta perspectiva o desenvolvimento segue em um duplo aspecto: quantitativo e qualitativo. Para tanto desenvolvimento (local solidário) então seria

[...] o acesso a bens materiais e culturais de cada uma das pessoas da localidade que se desenvolve, e seria também a alteração qualitativa das relações sociais, o que pode inclusive alterar o modo como se tem acesso àqueles bens, ou mesmo quais desses bens se deseja (PATEO e SÍGOLO, p 9).

Nesta perspectiva, não é o processo econômico que orienta as necessidades dos sujeitos detectadas nas diversas dimensões da vida, mas, as necessidades dos sujeitos observadas nas dimensões da vida materializadas em uma demanda efetiva indicam os rumos da orientação econômica e do planejamento das políticas: o que se dever produzir e em que quantidade, quando, como e para quais setores segundo as prioridades estabelecidas nas localidades que agreguem maior quantidade de vínculos e relações possíveis, de ordem identitárias, culturais, políticas, de trabalho coletivo, entre outras.

Já em um panorama histórico sobre a trajetória do Desenvolvimento, tomando como ponto de partida a década de 1960, tanto o Brasil como países impulsionados pelas políticas de reestruturação socioeconômico do pós-guerra vivenciaram momentos

particulares de crescimento econômico. Para o período ficava evidente uma perspectiva que relacionava diretamente crescimento econômico e desenvolvimento.

Esse modelo baseado em um paradigma *fordista* – produção em massa para consumo em massa – logo entra em crise em escala global. Esse é o panorama que se segue a partir da década de 1970, no qual o modelo de produção em massa-consumo em massa passa a perder a sintonia. A relação de grandes volumes de capital imobilizado em determinadas esferas geográficas, acompanhada de um estoque de empregados com relação salarial adequada ao consumo em massa, contando com a participação direta do Estado como promotor desse “sistema” entra em curto circuito (POCHAMNN, 2004).

Nesse período as taxas fixas de juros e de câmbio que favoreciam as inversões produtivas de capital e o estímulo ao comércio entre os países ficaram prejudicadas com o rompimento da estabilidade do Sistema Monetário Internacional (que foi constituído a partir do acordo de Bretton Woods³). Com isso, o poder das altas finanças foi ganhando maior dimensão no cenário mundial, ampliando suas forças de valorização financeira do capital e garantindo controle na formulação das políticas macroeconômicas dos Estados nacionais (POCHAMNN, 2004).

Esse novo paradigma que emerge como resposta do capital a suas crises (crise do modelo fordista) se desdobra ao longo das décadas de 1970 e 1980. Nesse cenário na América Latina e em escala mundial começa a se desenhar o que veio a ser chamado de neoliberalismo. Este tem a marca fundamental da desregulamentação do trabalho, do fortalecimento do capital financeiro, do repasse da responsabilidade de direitos sociais e da venda do patrimônio público estatal para a esfera privada. Novamente a ideia de crescimento econômico e seu similar, o desenvolvimento humano em geral, não conseguem caminhar em sintonia.

Para o Brasil seria ainda possível delimitar um perfil quanto à sua inserção nesse sistema mundo a partir de uma lógica periférica, que tende a rebaixar seus interesses no plano das relações mercantis internacionais. Isso se dá por meio de trocas desfavoráveis contando com forte participação de produtos de baixo valor agregado no mercado mundial.

³ As conferências em Bretton Woods estabeleceram em julho de 1944 as regras para as relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados do mundo. O sistema Bretton Woods foi o exemplo de uma ordem monetária negociada, tendo como objetivo governar as relações monetárias entre Nações-Estado independentes. Tal evento aconteceu naquilo que seria o período final da Segunda Guerra Mundial, oportunidade na qual 730 delegados de todas as 44 nações aliadas encontraram-se no local, em Bretton Woods, Nova Inglaterra, EUA, para a Conferência monetária e financeira das Nações Unidas. Os delegados deliberaram e finalmente assinaram o Acordo de Bretton Woods (*Bretton Woods Agreement*) durante as primeiras três semanas de julho de 1944.

A vulnerabilidade a qual está submetida à proposta de desenvolvimento brasileiro (mais recentemente nomeada de desenvolvimentismo ou neo-desenvolvimentismo – diz respeito aos anos 2000 em diante) segue com a presença preponderante dos capitais agroexportador, minerador e imobiliário. O incremento em tecnologia e a priorização de investimentos em bens de alto valor agregado ficam relegados a segunda plana.

As razões para esse padrão de desenvolvimento repousam na combinação entre política cambial com altas taxas de juros; a abertura desregrada quanto à participação de produtos importados na economia nacional e o conseqüente enfraquecimento da indústria nacional; presença massiva de capital estrangeiro em investimentos diretos (CANO, 2013, p. 4-5).

No tocante a trajetória de desenvolvimento na marca região Nordeste, região da qual Feira de Santana faz parte, é marcante os indicadores sociais negativos e com sua população convivendo com constantes migrações em sua maioria para a região centro sul, onde se concentrava “o desenvolvimento”. O Nordeste ficou secundarizado e com pouca capacidade de polarizar investimentos⁴.

Para Balanco, Pinto e Busato (2006, p.30):

[...] o período de integração comercial entre as regiões, em seu último estágio (1930-1955), sob hegemonia do capital industrial, consolidou o Nordeste como uma ‘região perdedora’ mesmo dentro dos espaços regionais, pois essa região teve sua participação reduzida no mercado do Sudeste, enquanto este ampliava, cada vez mais, sua participação no mercado nordestino [...].

Essa “matemática” permitiu com que o capital industrial do centro sul ingressasse no mercado nordestino com finalidade de estimular um mercado consumidor interno. Já o contrário não ocorreu na mesma proporção, pois, além de tudo, o capital nordestino era predominantemente comercial e de base agrária.

Assim seguiu-se até a década de 1960 quando altera-se a configuração nas relações entre Nordeste e Sudeste. Passando por um processo de recessão econômica no período da década de 1960 os capitais do Sudeste migram para o Nordeste em busca de maior valorização.

Dessa forma, a busca empresarial por novos potenciais de acumulação e os maiores incentivos fiscais e financeiros por parte do Estado territorial (vantagens de localização) resultaram, conjuntamente, na maior integração produtiva entre as regiões brasileiras através do deslocamento espacial do capital (BALANCO; PINTO; BUSATO, 2006, p. 30).

4 Fala-se do momento anterior a década de 1960.

É preciso mencionar também a existência da SUDENE⁵, datada de 1959. Esta agência de fomento contribuiu significativamente para delinear as principais tendências do desenvolvimento do país. Seu olhar atento para ao Nordeste pretendeu alçar a região a um protagonismo no plano nacional.

Além disso, a SUDENE emerge como uma característica peculiar do Estado naquele momento onde se busca maior participação racional na definição de políticas estatais. Um dos objetivos é o fortalecimento do Estado enquanto agente que visa reduzir desigualdades sociais e regionais, garantindo mecanismos e investimentos necessários para que o progresso e o desenvolvimento contemplem regiões antes desassistidas.

De acordo com Oliveira (1981, p. 116):

A SUDENE traz inscrita, desde sua origem, a marca da intervenção “planejada” no seu programa, que se reflete mesmo nos textos das leis de sua criação e de seus planos-diretores, isto é, de uma tentativa de superação do conflito de classes intra-regional e de uma expansão, pelo poder de coerção do Estado, do capitalismo do Centro-Sul.

No que diz respeito à Feira de Santana, o município acompanha todo esse movimento histórico, com destaque para o período do pós guerra até os dias atuais. Fato marcante no processo de desenvolvimento do município é a implantação do Centro Industrial Subaé (CIS), na década de 1960, como política de indução do desenvolvimento a partir da criação de um parque industrial no município.

Monteiro (2006, p. 3), correlaciona o surgimento do CIS com o contexto nacional:

[...] uma demanda do *centro dinâmico* do capitalismo a nível nacional, o Centro-Sul, que determinou a chegada da *nova indústria* em Feira de Santana: a mudança no *padrão de acumulação* capitalista expressa já no *Plano de Metas* do governo Juscelino Kubitschek, determinou uma expansão de capitais do Centro-Sul a outras regiões do país, sem precedentes. Ainda que a presença da Petrobrás e as formulações do governo estadual baiano sobre desenvolvimento industrial remontem à década de 50 do século XX, é sob a lógica da *integração produtiva* ditada pelo Centro-Sul que se deu o surto industrializante baiano das décadas de 60 e 70 do século passado. Dessa maneira, a criação do Centro Industrial de Aratu (CIA), do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) e o Centro Industrial do Subaé (CIS) são desdobramentos desse processo.

Com o tempo essa opção política também se mostra em sua dimensão ideológica a partir de determinado discurso de modernização da cidade que passa a se

⁵ Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, criada em 1959 por meio da lei n° 3.692, de dezembro do mesmo ano, extinta em 2001 e retomada por meio de lei n° 125 de janeiro de 2007.

fortalecer, em certa medida, contrastando com outros segmentos que tem atuação no campo do desenvolvimento econômico local. É o caso do amplo setor econômico popular local, marcado pela forte presença das feiras livres, do segmento da informalidade e do comércio ambulante e de certo segmento comercial (o pequeno e médio comerciante).

Essa vocação comercial de Feira de Santana, em termos, sofreu ao longo do tempo com os limites da ação do poder público que por vezes não conseguiu atender com a devida atenção a essa enorme potencialidade do município. Os trabalhadores populares aparecem como sendo um entrave ao desenvolvimento e a noção de cidade “bonita”. Nesses casos, seria preciso retirá-los do centro da cidade, local onde se concentra parte significativa desse comércio popular⁶.

Ao longo do tempo essa questão não é resolvida, pelo contrário, se mantém e talvez se prolifere a participação de trabalhadores da economia popular com atuação no centro da cidade. O viés da política pública atualmente preserva a linha de atuação mais predominante ao longo deste período desde a implantação do projeto modernizante em que se apregoa as soluções autoritárias como medida para enfrentar as tensões com a forma de uso e ocupação do solo por parte dos trabalhadores populares.

4 A INDÚSTRIA E A ECONOMIA POPULAR NO PDLI DE 1968

O Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI, 1968) traz no seu próprio nome a ênfase no local e sua integração com e em diferentes escalas e vertentes, sendo pelo seu caráter inovador um dos primeiros Planos Diretores da América Latina contando para sua elaboração com participação de uma equipe técnica de consultoria⁷.

Ainda é relevante o seu aspecto diagnóstico, bastante aprofundado sobre a realidade feirense do período. Com base em dados primários e secundários a equipe da COPLAN traçou um perfil apurado da realidade feirense em seus distintos aspectos: sobre o aspecto econômico (agricultura, indústria e serviços⁸), sociológicos, físicos e institucionais. Além disso, apresentou um conjunto de diretrizes programáticas voltadas

⁶ Para entender melhor essa problemática ver estudo da professora Larissa Penelu que trata da mudança da Feira Livre existente no centro da cidade para um equipamento próprio, destinado a acolher esses trabalhadores. PACHECO, Larissa Penelu B. **Trabalho e costume de feirantes de alimentos**: pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990). 2009. 190f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009.

⁷ Empresa executora: COPLAN S/A Construções e Planejamento.

⁸ O item Serviços, discutido no PDLI a partir da página 60, capítulo II (tópico 1 e 2), engloba também o comércio. Na verdade, embora seja nomeado no texto como Serviços, o item diz respeito ao setor terciário, no qual estão inclusos comércio e serviços. Por este motivo, adota-se para fins desse trabalho o item Serviços como abrangente dos trabalhadores da economia popular.

para a promoção do desenvolvimento local trazendo com estas um conjunto de proposições aplicáveis como meio para induzir a este desenvolvimento.

Do ponto de vista dos elaboradores do PDLI o plano cumpriria uma função de estratégia para o desenvolvimento local a partir de uma política de integração econômica do município com a região; de uma melhor coordenação de ações do setor público; e por meio da indicação de investimentos e fontes de recursos (nesse caso recursos públicos – também sugere a participação da iniciativa privada no auto financiamento de suas ações).

Tais questões se desdobram em objetivos que fundamentam os programas e propostas. O sentido dos objetivos é orientar a ação do poder público em articulação com a iniciativa privada para a consecução de um processo de desenvolvimento que promova o bem estar social e integre a população no processo de desenvolvimento global (PDLI, 1968, p. 144).

Abaixo segue exposição das propostas levantadas por meio do levantamento realizado no referido Plano. Na oportunidade serão transcritas por meio de uma tabela as temáticas que interessam a este trabalho, indústria e economia popular.

EIXO	PROPOSTA	OBJETIVO
Indústria	Sistema viário urbano	- Construção de vias do Distrito Industrial ⁹
	Implantação de distrito industrial	- Definir de acordo com zoneamento proposto área(s) específica(s) para instalação de pequenas e médias empresas garantindo terreno urbanizado e com infraestrutura própria para a atividade industrial. - Aumento da produtividade industrial - Aumento do emprego
	Organização para o desenvolvimento industrial	- Montar escritório técnico mantido pelo empresariado com apoio do poder público local - Prestar orientação e assistência técnica - Elaborar projetos de financiamento

⁹ Área destinada a instalação de complexo de indústrias.

		<ul style="list-style-type: none"> - Treinamento de mão-de-obra - Colaborar com o desenvolvimento da agricultura local - Dar visibilidade a produção da indústria local - Atrair investimentos governamentais - Reunir estatísticas locais
	Centro terminal dos transportes ferroviários	- Implantação de terminal rodo-ferroviário para transporte de cargas (e passageiros)
	Elaboração de perfis industriais	- Desenvolvimento industrial a partir de elaboração de estudos de oportunidades de mercado que sirvam para orientação dos empresários (incluindo os de outras regiões) e para a promoção e visibilização do município
Economia popular	Rede viária capilar	Recuperação e implantação de estradas que liguem as zonas produtoras agrícolas com o centro comercial de consumo e comercialização a nível local e regional
	Mercado varejista	- Disciplinar as atividades da Feira Livre a partir da dotação de uma infraestrutura adequada para o bom desenvolvimento dessa atividade econômica
Observação: iniciativa comum a indústria e a economia popular	Educação para o desenvolvimento	- Adequar a formação profissional às necessidades do desenvolvimento local e regional

Quadro 1 – Levantamento de propostas para a indústria e economia popular¹⁰

¹⁰ Para se chegar ao resultado do Quadro 1 foram analisados do texto do PDLI os aspectos econômicos no capítulo II do respectivo Plano, além da parte intitulada programação, na qual constam as diretrizes gerais, as diretrizes programáticas e os programas, concernentes ao capítulo III. Estes trechos foram objeto de leitura e análise para efeito de caracterização das ações do Plano no tocante as proposições voltadas para

Do ponto de vista da indústria as propostas acima visavam à consolidação do processo de industrialização em Feira, que cumpriria tanto um papel alimentador para o mercado consumidor interno, ofertando bens de consumo e bens intermediários para outras indústrias, como um papel complementar ao parque industrial da capital baiana, Salvador.

Em paralelo buscava-se estimular a implantação de mais indústrias consideradas dinâmicas (de minerais não metálicos, de material de transporte e borracha), tendo em vista ainda a predominância de indústrias tradicionais na realidade local (produtos alimentares, de mobiliário, calçados e de madeira). Ressalta-se ainda que é na classe das indústrias tradicionais que estava ocupada maior parcela da mão de obra no período (PDLI, 1968, p. 46).

Outro objetivo seria a alteração da natureza jurídica das empresas, ainda de caráter individual predominantemente. Associado a isso, está a necessidade de maior organização empresarial para alcançar maiores possibilidades de crédito, também uma necessidade para o financiamento das iniciativas que ora se instalavam no município.

Em se tratando da economia popular as propostas indicadas no plano pretendiam uma melhor articulação desta com os outros setores da economia local, setor primário e secundário. É exemplo disso as propostas de melhoramento das vias, que incidiriam no melhor escoamento da produção agropecuária para os mercados locais, com destaque para as atividades das Feiras Livres realizadas no centro da cidade.

A consecução de um mercado grossista-varejista visava um melhor ordenamento das atividades produtivas e de comercialização já realizadas no centro da cidade à época. Tal proposição pretendia dotar de condição física, sanitária e logística a atividade de comercialização dos produtos locais (ou extra locais) que eram vendidos nas feiras.

A proposta de “Educação para o desenvolvimento”, registrada como útil tanto a indústrias quanto a economia popular, revela uma perspectiva voltada para a emulação de uma cultura empreendedora e de cidade polo de negócios e do comércio.

5 CONCLUSÃO

O PDLI se caracteriza pelo esforço diagnóstico em compreender o contexto da época, trazendo um rico texto que identifica o perfil econômico, social e físico, e

institucional do município. Existe fragilidade nas proposições voltadas para o setor da economia popular, sendo predominante a presença de ações que contemplem a indústria.

No Plano é marcante a presença das reflexões sobre o papel que a indústria desempenha na estratégia de desenvolvimento local. Tal assertiva é visibilizada pela quantidade de propostas sugeridas no plano e em particular pela extensiva discussão feita sobre o processo de industrialização que por ora passava o município.

O tratamento implícito da participação dos trabalhadores da economia popular no PDLI revela a insuficiência das análises para compreender a totalidade da dinâmica socioeconômica do município a partir de suas potencialidades. Com isso, fragmentam-se as proposições que, por sua vez, não conseguiram dar conta de um desenvolvimento local integrado como sugere o plano, deixando de captar uma das principais tendências e características do município presentes no dinâmico segmento da economia popular.

Caberia como tarefa importante proceder a uma segmentação dos itens de comércio e serviços. Esse item aparece em muitos casos voltado para o grande comércio e os prestadores de serviços que contam com certo grau de especialização e inserção hegemônica no âmbito do mercado. Seria, pois, necessário desdobrar esse perfil até chegar às iniciativas produtivas populares exercidas pelos camelôs, pelos ambulantes, pelos feirantes, dentre outros. Esse detalhamento possibilitaria uma melhor visualização desses sujeitos nas proposições do plano. Ademais, seria também possível observar em que medida estes estão computados ou não dentro do que designa o item comércio e serviços.

Em relação às propostas foram relativamente bem sucedidas as voltadas para a indústria. A definição de área específica para acolhimento de novas iniciativas industriais hoje é uma realidade, inclusive contando com significativa extensão do parque industrial do município, que seguiu seu crescimento em direção ao município de São Gonçalo, proporcionando uma área de integração geográfica-territorial com este município. Além disso, as áreas industriais gozam de relativa infraestrutura e urbanização se considerado o patamar da maioria dos bairros da cidade.

Soma-se a isso a criação do Centro das Indústrias de Feira de Santana (CIFS), organização reconhecida como de interesse público em 1967, com objetivo de representar o setor industrial. Tal Centro possivelmente teria contribuído para atacar o problema da natureza jurídica das empresas locais da época, eminentemente de caráter individual, rumo a um perfil mais empresarial por meio de processos de formalização. Certamente, que a criação do CIFS também ampliou as possibilidades de acesso ao crédito para financiamento das iniciativas empresariais.

Do ponto de vista da logística de transporte, o modal que se consolidou no deslocamento de cargas foi o rodoviário. O objetivo de alcançar um Centro Terminal Rodo-Ferrovário não foi encaminhado. Ao contrário, o transporte ferroviário foi aos poucos sendo desestimulado.

No que diz respeito a economia popular, a proposta de criação de um “Mercado grossista-varejista” foi executada. Em 1977 foi inaugurado o Centro de Abastecimento, equipamento dentro da estrutura econômica comercial e autarquia ligada ao poder público local, abrigou parte significativa dos comerciantes que atuavam no centro da cidade à época¹¹.

Destarte, sua criação está mais vinculada a uma proposta de modernização e embelezamento do centro da cidade do que de uma verdadeira articulação e de melhores condições para os trabalhadores populares que atuavam na área do centro da cidade.

No tocante a proposta “Educação para o desenvolvimento”, essa se mostra uma questão deveras ambígua. De um lado, é de se considerar que tais elementos são característicos da cultura empresarial hegemônica que se articula com as propostas de progresso e modernização a partir da dinâmica industrial. De outro modo, sabe-se da capacidade de iniciativa dos trabalhadores populares, mas que, a princípio, não necessariamente se vinculam as visões “oficiais” sobre este perfil difundido no plano objeto de estudo.

Entretanto, é flagrante que em nenhum momento se fez referência objetiva na discussão sobre comércio e serviços sobre a participação dos trabalhadores da economia popular nesse setor. Tal “lapso” se faz importante tendo em vista que já naquela época o segmento da economia popular tinha presença marcante na cidade, já ocupando ruas do centro comercial.

Soma-se ao já mencionado a dimensão de uma modernização conservadora, que operou a partir dos agentes públicos e privados, sociais e econômicos, para viabilizar interesses hegemônicos vinculados a reprodução do capital por meio do protagonismo da indústria frente ao amplo segmento econômico popular do município.

Sendo assim, a pouca preocupação com os trabalhadores populares denota a insuficiência com que estes têm sido contemplados pelas políticas públicas, cabendo, porém um lugar secundarizado em relação ao conjunto das políticas de promoção do desenvolvimento local.

11 Ver PACHECO, Larissa Penelu B. **Trabalho e costume de feirantes de alimentos**: pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990). 2009. 190f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F.; SÁ-SILVA, J. R. **Pesquisa documental**: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, ano I, n° I, p. 1-15, julho de 2009.
- AMARO, Rogério Roque. **Desenvolvimento Local**. In: CATTANI, Antonio D.; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz I.; HESPANHA, Pedro (orgs). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Edições Almedina: Janeiro de 2009.
- BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; BUSATO, Maria Isabel. **Acumulação do capital, dimensões espaciais e desigualdades regionais brasileiras**. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia/SEI. *Desenvolvimento regional: análises do Nordeste e da Bahia*. Salvador: SEI, p. 9-36, 2006.
- CANO, Wilson. **A desindustrialização no Brasil**. *Revista Economia e Sociedade*. Campinas/SP, p. 831-851, 2012.
- CRUZ, Rossine Cerqueira da. **A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração econômica nacional**. 1999. 366. Tese doutoramento (Instituto de Economia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP: 1999.
- FURTADO, Celso. **Em busca de novo modelo**: reflexões sobre a crise contemporânea. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- KRAYCHETE, Gabriel. **Economia dos setores populares**: bases conceituais para políticas de fomento. Versão revista do texto submetido à Comissão Científica do III Congresso da Rede de ITCPs, janeiro/2010.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classe. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PATEO, Felipe; SÍGOLO, Vanessa. **Um estudo sobre desenvolvimento local solidário**: conceitos e estratégias. 2006. 20 p. Texto de autoria coletiva do Núcleo Rede da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/USP).
- PDLI. **Plano de Desenvolvimento Local Integrado**. Feira de Santana: COPLAN S/A Construções e Planejamento, 1968. 184 p.
- POCHMANN, Márcio. **Desenvolvimento capitalista e dimensão regional**. In: POCHMANN, Márcio (org.). *Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local e inclusão social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- MONTEIRO, Jhonatas L. **Classes dominantes e indústria em Feira De Santana nos Anos 70**: Sugestões para pensar politicamente a industrialização periférica brasileira. ANAIS do III Encontro Estadual de História: Poder, Cultura e Diversidade – ST 07: Diversidade e Desigualdade, Poder e Conflito Social: Leituras Dialéticas da História, 2012.